

FRONTEIRAS DO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA^{1,2}

Bolívar Pêgo³
Rosa Moura⁴
Maria Nunes⁵
Caroline Krüger⁶
Paula Moreira⁷
Gustavo Ferreira⁸
Líria Nagamine⁹

SINOPSE

A evolução das atividades da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública e os principais resultados alcançados constituem o objeto deste ensaio. A pesquisa busca retratar as realidades internacional, nacional, regional e local das fronteiras terrestre e litorânea brasileiras, com a finalidade de contribuir para a formulação e adequação das políticas públicas para as fronteiras e assessorar instituições que deliberam sobre o tema. Em suporte à pesquisa foram realizadas oficinas técnicas, seminários e levantamentos de campo na região objeto, com ampla participação de gestores, pesquisadores, atores sociais e cidadãos locais, assim como entrevistas com agentes responsáveis pela gestão fronteiriça e investigadores acadêmicos, resultando em uma contribuição diversa e legítima quanto a proposições para a adequação e formulação de políticas públicas. Uma atenção particular foi dedicada ao contexto pandêmico, seus impactos e implicações nas fronteiras brasileiras, a partir de um acompanhamento pautado em informações secundárias e na realização de uma pesquisa qualiquantitativa remota, que permitiram historiar a evolução da pandemia, com foco nos casos, óbitos e medidas governamentais adotadas para enfrentamento e mitigação dos efeitos da propagação da doença nas faixas de fronteiras terrestre e litorânea. Esse conjunto de atividades culminou na publicação de produtos com diferentes escopos, que vêm subsidiando instâncias de decisão dos governos federal, estaduais e municipais, além de oferecer novos aportes à pesquisa acadêmica sobre o espaço fronteiriço. As conclusões, sugestões e perspectivas abertas pela pesquisa sublinham a premente necessidade de se investir em políticas públicas que reconheçam as especificidades e a importância desses espaços, seu saber acumulado e suas potencialidades, capazes de efetivar o desenvolvimento da região e contribuir com a integração sul-americana.

Palavras-chave: fronteiras; faixa de fronteira; arcos fronteiriços; relações transfronteiriças; integração regional; covid-19 nas fronteiras.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua30art2>

2. Este ensaio é produto da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública, desenvolvida na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea; e coordenador da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública.

4. Pesquisadora sênior colaboradora na Dirur/Ipea.

5. Pesquisadora doutora colaboradora na Dirur/Ipea.

6. Pesquisadora doutora colaboradora na Dirur/Ipea.

7. Pesquisadora doutora colaboradora na Dirur/Ipea.

8. Pesquisador doutorando colaborador na Dirur/Ipea.

9. Pesquisadora doutoranda colaboradora na Dirur/Ipea.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública teve início em março de 2016, como parte integrante do projeto A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Faixa de Fronteira, desenvolvido na Dirur/Ipea. No período de 2016 a 2019, o estudo contou com a parceria do então Ministério da Integração Nacional (MI) e nesta fase II, de 2020 até o momento atual, tem se desenvolvido com o apoio da Dirur.

O objetivo geral do estudo é retratar as realidades internacional, nacional, regional e local das fronteiras terrestre e litorânea brasileiras. Seus objetivos específicos são contribuir para a formulação e adequação das políticas públicas para as fronteiras brasileiras e assessorar instituições que deliberam sobre o tema, como os Ministérios da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e das Relações Exteriores (MRE), como também o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), entre outros.

A pesquisa tem como justificativa de origem a avaliação, por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), de que inexistia uma política para fronteiras e de que a PNDR tem baixa eficácia na coordenação-geral e pouco foco. Da mesma maneira, a instituição considera que há mínima efetividade das políticas públicas em razão da dificuldade de se captar o estado atual da realidade fronteira do Brasil com seus vizinhos, expressa nas especificidades dos arcos Norte – estados do Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA) e Roraima (RR) –, Central – Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Rondônia (RO) – e Sul – Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). A avaliação identificou, ainda, a existência de conflitos internacionais, regionais e locais, de baixa articulação e atuação institucionais nos âmbitos fronteira e transfronteira, como também a persistência de problemas federativos e internacionais que se perpetuam ao longo dos anos. Além disso, a avaliação evidenciou o insulamento das populações locais nas regiões de fronteira em relação aos centros de decisão, colocando em destaque a necessidade de levar a integração e o desenvolvimento para a faixa de fronteira.

Ao longo de sete anos e meio de trabalho foram desenvolvidas várias atividades, no âmbito da pesquisa, tais como a organização e participação da equipe em oficinas técnicas, realização de seminários e reuniões, levantamentos de campo e entrevistas presenciais e virtuais. Essas atividades culminaram na publicação de produtos com diferentes escopos, que contribuíram para com instâncias de decisão dos governos federal, estaduais e municipais. Cabe destacar que, de modo geral, a abordagem das pesquisas realizadas buscou abarcar as fronteiras terrestre e litorânea, procurando melhor apreender as relações existentes entre elas.

Este ensaio tem como finalidade mostrar a evolução das atividades da pesquisa e apresentar os principais resultados alcançados. Além desta introdução, este texto compõe-se de mais três seções, quais sejam: procedimentos e atividades desenvolvidas (seção 2); produtos e resultados alcançados e em construção (seção 3); e conclusões, sugestões e perspectivas da pesquisa (seção 4).

2 PROCEDIMENTOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

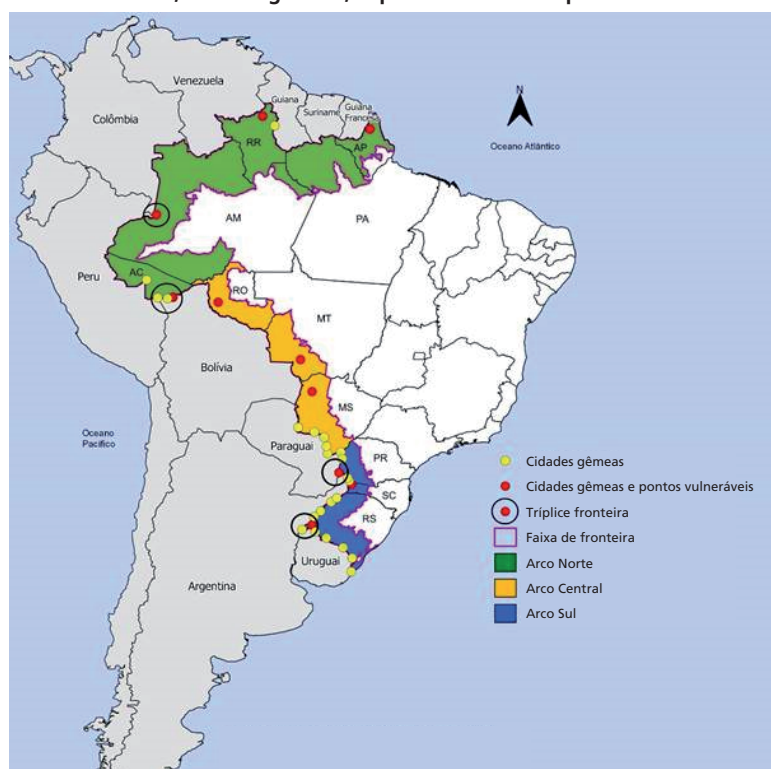
A complexidade do objeto de análise e avaliação, qual seja, as fronteiras brasileiras, exigiu uma escolha muito cuidadosa quanto aos procedimentos operacionais para o desenvolvimento das atividades. Consideradas não apenas como linhas, mas como faixas de

fronteira, a terrestre é respaldada na Lei nº 6.634/1979 (Brasil, 1979),¹⁰ regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980, composta por 588 municípios que se situam a até 150 km da linha de fronteira,¹¹ enquanto a litorânea, hipoteticamente construída para fins analíticos, a espelho da terrestre, constitui-se por 2.068 municípios, incluindo 279 defrontantes ao oceano Atlântico e os demais situados a até 150 km da linha da costa – dos quais 31 integram também a faixa de fronteira terrestre nos estados do Amapá e do Rio Grande do Sul.

A fronteira terrestre brasileira possui extensão de 16.885 km, envolvendo dez países sul-americanos, onze Unidades da Federação (UFs) e seus municípios, divididos em sub-regiões, que se agrupam nos arcos fronteiriços Norte, Central e Sul. Essa proximidade com os países sul-americanos proporciona trocas comerciais e de serviços, relações de compadrio e oportunidades de cooperação para o desenvolvimento e turismo transfronteiriço. A região ocupa 27% do território nacional e possui extensa riqueza natural e cultural, abrigando, por exemplo, a Amazônia e o Pantanal, além de povos originários. Nela, habitam cerca de 11,7 milhões de pessoas, o que representa 5,6% dos brasileiros. Apesar disso, há um déficit de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança, moradia, trabalho etc., o que os torna populações vulneráveis, não somente a doenças que geram riscos à saúde pública como também ao tráfico internacional e a uma série de atividades informais ou ilegais, que estigmatizam a região e sua população.

MAPA 1

Brasil: arcos da fronteira, cidades gêmeas, tríplexes fronteiras e pontos vulneráveis



Fonte: Ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
Elaboração dos autores.

10. Brasil. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* (DOU), Brasília, p. 6.113, 3 maio 1979. Seção 1.
11. Composição ajustada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na malha digital municipal de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?edicao=34308&t=downloads>. Acesso em: 28 jun. 2023.

A faixa de fronteira litorânea salienta-se também por suas riquezas naturais, ambientais e seu potencial para o desenvolvimento nacional. A condição de fronteira que exerce tem importância e especificidades ainda pouco assimiladas nos estudos gerais sobre fronteiras, mas já adquiriu centralidade entre estudos e ações realizadas pelas Forças Armadas (FAs) do Brasil, a exemplo do projeto Amazônia Azul, desenvolvido pela Marinha do Brasil (MB). Ademais, na linha da costa estão presentes grandes centros urbanos, infraestruturas e serviços de apoio às rotas de comércio internacional, que ressaltam a relevância estratégica dessa área. Porém, similarmente à fronteira terrestre, sua extensão, ao longo de uma área geográfica vasta e aberta, torna complexa sua vigilância e seu controle por parte das autoridades nacionais.

As especificidades dessas duas faixas reforçam, portanto, a necessidade de que se dedique redobrada atenção a esses espaços fronteiriços. Ao se colocar em foco a fronteira terrestre, a integração fronteiriça aparece como um elemento-chave, para o que duas estratégias devem ter destaque: a de cooperação, com vistas a incentivar o desenvolvimento com base em iniciativas conjuntas, e a de integração regional, referente a ações empreendidas pelos países em temas específicos e compartilháveis. Ambas reconhecem a complexidade desses espaços fronteiriços, ao mesmo tempo em que buscam soluções complementares, conjugadas à visão estatal e da sociedade civil organizada.

Pode-se argumentar que as fronteiras são instituições territoriais que operam com escalas distintas e nem sempre complementares. Uma das escalas diz respeito ao que é estatal, nacional ou multinacional; outra é a escala interestatal, que representa o terreno da soberania reconhecida pelos vizinhos, a partir da construção da ordem internacional, por meio da qual devem ser respeitados os limites de um e outro país. Há ainda as escalas regional e local, que variam em rigidez e abertura, segundo o grau de controle das fronteiras, sendo o local onde se manifestam diferentes identidades, línguas e comportamentos. Por fim, existe a escala transfronteiriça, que se transpõe sobre essas, correspondendo ao espaço de ocupação contínua ou de forte conexão entre cidades de países vizinhos. Esse espaço se apropria da porosidade da fronteira, conformando uma zona na qual convivem diferentes povos e culturas, por onde perpassam fluxos de interação cotidianos, são realizadas atividades comuns aos países fronteiriços e se estabelecem trocas organizadas ou devidas à existência de diferenciais entre os países. Trata-se de uma escala na qual há intercâmbios ou mesclagem de características de um território para outro, em uma zona híbrida, com a mistura de identidades originais e a construção de uma nova identidade.

Para contemplar a complexidade descrita, a multiescalaridade desses espaços, seu potencial para o desenvolvimento e integração regional, e a diversidade populacional, que conta com quantidade significativa de povos indígenas e originários, no desenvolvimento da pesquisa buscou-se um método que se operacionalizasse a partir da interlocução entre a equipe técnica e os agentes intervenientes e moradores das fronteiras. Ou seja, que relacionasse a produção de pensadores e pesquisadores acadêmicos e a atuação de gestores aos interesses, necessidades e saberes locais. Para tanto, foram necessários deslocamentos até esses lugares, para a construção de um diagnóstico da realidade local e que promovesse relações de colaboração e compromissos.

Os procedimentos adotados buscaram apoio e fontes em levantamentos bibliográficos, de instituições e atores fronteiriços, além de consultas a instituições federais sobre suas principais demandas, fundamentalmente, PR, MIDR, MRE, MJSP, Ministério da Defesa (MD), além

da Receita Federal do Brasil (RFB), da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), entre outras.

Priorizou-se a realização de eventos nas regiões de fronteira, tendo em vista ouvir, debater e conhecer propostas, a partir de encontros diretos com agentes públicos, privados e população da fronteira. Para tanto, foram promovidas oficinas técnicas de trabalho,¹² visitas técnicas a órgãos públicos com funções em temas fronteiriços ou a instituições locais relevantes, assim como pesquisas em campo com leituras do espaço, para reconhecimento e observações territoriais na zona de fronteira, particularmente dos arranjos transfronteiriços. Como parte dessas atividades, foram feitas ainda entrevistas internacionais, nacionais, regionais e locais, com a aplicação de questionários a atores selecionados, de modo presencial e remoto – este durante o período de restrições devido à pandemia da covid-19. Todas as informações colhidas nesses procedimentos, após sistematização e análises pela equipe, foram publicadas em forma de livros, artigos, *Notas Técnicas*, ensaios, entre outros.

As oficinas técnicas ocorreram em Brasília, em junho de 2016, em Boa Vista (RR), em novembro de 2016, em Corumbá (MS), em junho de 2017, e em Uruguaiana (RS), em novembro de 2017. Essas atividades tiveram como objetivo conhecer de forma mais aprofundada as realidades nacionais, regionais e locais das fronteiras terrestres brasileiras, colher demandas e proposições, bem como identificar suas mais importantes relações com os dez países vizinhos. Mais que tudo, a ideia era estabelecer momentos de diálogo que criassem laços de compromisso e participação no processo de decisão e implementação de políticas públicas.

O Seminário Internacional Estratégias de Integração Fronteiriça no Mercosul, por sua vez, realizado em 19 de outubro de 2021, deu-se por convite do MRE, no âmbito do Subgrupo de Trabalho 18, de fronteiras, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), mediante a presidência *pro tempore* do Brasil no Mercosul, em outubro de 2021. O evento foi organizado pelo MRE, pelo Ipea e pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), também em formato virtual devido à pandemia da covid-19. Participaram os quatro países membros criadores do Mercosul – Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil –, mais convidados de universidades e entidades ligadas à temática fronteiras no âmbito do Mercosul.

Já os trabalhos de campo ocorreram em cinco países, nos três arcos fronteiriços, nas cidades transfronteiriças próximas ou onde aconteceram as oficinas de trabalho. No arco Norte, foram realizados em Bonfim (RR) e Lethem, na Guiana, e em Pacaraima (RR) e Santa Elena de Uairén, na Venezuela; no arco Central, em Corumbá (MS), Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia; e, no arco Sul, em Barra do Quara (RS) e Bella Unión, no Uruguai, e em Uruguaiana (RS), Paso de los Libres e Monte Caseros, na Argentina. Por solicitação do MI, a equipe também se dedicou a estudo técnico, levantamento de dados e entrevistas em campo, que resultaram em importante insumo para subsidiar a qualificação de Cáceres (MT) como a 33ª “cidade gêmea” do país, em sua relação direta com a cidade boliviana de San Matías. Esse conjunto de atividades evidencia que a pesquisa vem promovendo uma integração com diferentes entes da federação, como também de países vizinhos.

12. Foi utilizado um método desenvolvido por Delbecq e Van de Ven, descrito no artigo *A group process model for problem identification and program planning*, publicado no *The Journal of Applied Behavioral Science*, em 1979, em conjunto com a técnica Delphi, para se chegar a um consenso. Esse método objetiva esclarecer e aprofundar as questões, identificar áreas de concordância ou discordância e, assim, buscar um entendimento comum, que permitirá o embasamento para a tomada de decisão em relação a mudanças no escopo e na gestão de riscos do projeto. Compõe-se das etapas: i) escolha de um facilitador; ii) identificação de especialistas; iii) definição do problema; iv) primeira rodada de perguntas; v) segunda rodada de perguntas; vi) terceira rodada de perguntas; e vii) tomada de decisão.

3 PRODUTOS E RESULTADOS ALCANÇADOS E EM CONSTRUÇÃO

Os resultados das oficinas técnicas e pesquisas de campo foram sistematizados e transformados em livros, que vieram a compor a coletânea *Fronteiras do Brasil*. As três primeiras publicações (*Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública – volume 1*; *Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública – volume 2*; e *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte – volume 3*) foram divulgadas em seminário no Ipea, com apresentações e debates, tendo a presença de autoridades e participantes das atividades que subsidiaram a elaboração desses produtos. Tais produtos também foram propagados em eventos externos com divulgação da pesquisa e fomento a discussões e contribuições ao tema.

Em 2020, com o advento da pandemia, o seminário de lançamento dos demais livros até então publicados (*Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central – volume 4*; *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Sul – volume 5*; e *Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas – volume 6*) foi cancelado, assim como outras oficinas técnicas previstas para subsidiar o estudo da fronteira litorânea e sua relação com a fronteira terrestre.

A pesquisa prosseguiu a distância, no modo *online*, contribuindo com duas frentes. Na primeira delas, atenta ao contexto pandêmico, seus impactos e implicações na fronteira brasileira, foi realizado um acompanhamento pautado em informações secundárias (portarias, notícias, dados de evolução dos números de casos e óbitos, e de fechamento das fronteiras), que resultou na publicação de quatro *Notas Técnicas* que visaram historiar a evolução da pandemia, com foco nos casos, nos óbitos e nas medidas governamentais adotadas para enfrentamento e mitigação dos efeitos da propagação da doença nas faixas de fronteiras terrestre e litorânea. Na primeira *Nota Técnica* (nº 16/2020, *Pandemia e fronteiras brasileiras: análise da evolução da covid-19 e proposições*), foram analisados os dados obtidos até 15 de abril de 2020; na segunda e terceira notas, foram observados os dados obtidos nos oito primeiros meses de pandemia (respectivamente, *Nota Técnica* nº 21/2021, *Oito meses de pandemia no Brasil: medidas para o enfrentamento federativo e perspectivas com as vacinas*; e *Nota Técnica* nº 22/2021, *Pandemia e fronteiras: oito meses em evolução no Brasil*). Já na última, as análises cobriram todo o primeiro ano da pandemia (*Nota Técnica* nº 26/2021, *Pandemia e fronteiras: o primeiro ano no Brasil*).

Além dessas notas, a equipe realizou uma pesquisa com entrevistas remotas – quinze atores selecionados entre gestores, pesquisadores e sociedade civil, nos três arcos da fronteira – e questionários *online* – disponibilizados para acesso no período de 12 de abril a 30 de junho de 2021, obtendo-se respostas de 282 respondentes, dos quais 77,66% eram residentes em um dos três arcos da faixa de fronteira brasileira. Os resultados geraram o livro intitulado *A Pandemia do Sars-CoV-2 e o Fechamento da Fronteira Terrestre Brasileira*, ainda em revisão, que comporá o volume 7 da coletânea *Fronteiras do Brasil*.

A segunda frente de pesquisa constituiu o livro *Fronteiras do Brasil: o litoral em sua dimensão fronteiriça* (volume 8 da coletânea), também em revisão, elaborado com a contribuição de mais de vinte especialistas de diferentes campos de pesquisa sobre o contexto fronteiriço litorâneo e sua relação com a fronteira terrestre.

Além dos livros e das *Notas Técnicas*, a equipe contribuiu com dois *Textos para Discussão*, três *Relatórios Institucionais* (um ainda no prelo), dez ensaios para o *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, da Dirur, além do *Estudo técnico sobre a viabilidade de criação de “cidade gêmea” Cáceres (Brasil) – San Matías (Bolívia)*. Complementarmente, há que se considerar, ainda,

a publicação de artigos pelos integrantes da equipe em anais de seminários e congressos, assim como em revistas diversas. Esses produtos de divulgação de resultados contribuíram para o avanço da pesquisa no tema e para o suporte aos decisores públicos fronteiriços das diferentes instâncias de governo.

Durante todo o transcorrer da pesquisa foram prestados assessoramentos a instâncias deliberativas do governo federal e de unidades federativas fronteiriças, entre as quais se destacam: a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), coordenada pelo MIDR; o Subgrupo de Trabalho 18, de fronteiras, do Mercosul, coordenado pelo MRE; e reuniões temáticas do GSI/PR.

Ressalta-se que, de modo aplicado, além do assessoramento a instâncias de governo que decidem novas políticas e correções de políticas públicas de fronteiras, a pesquisa subsidiou a viabilização técnica de Cáceres (MT) como a 33ª cidade gêmea brasileira; influenciou no reconhecimento institucional da tríplice fronteira Brasil – Barra do Quaraí (RS), Argentina (Monte Caseros) e Uruguai (Bella Unión); prestou contribuição ao Senado Federal, por meio de audiência pública, com sugestões sobre segurança pública na fronteira; e participou de mediação junto à Fundação Nacional do Índio (Funai), envolvendo a situação da área urbana de Pacaraima (RR).

4 CONCLUSÕES, SUGESTÕES E PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Como principais conclusões da pesquisa depreende-se que, dada a longa extensão, complexidade e diversidade, a fronteira precisa ser vista no plural, como “fronteiras”, mesmo dentro de cada arco. Evidenciou-se que os equipamentos públicos são pouco organizados, tendo suas ações muito dispersas. Ademais, a grande distância dos centros de decisão, Brasília e capitais estaduais, dificulta o conhecimento da realidade local pelos decisores públicos alocados nesses entes federativos, assim como a participação dos gestores públicos fronteiriços e das populações locais nas esferas de decisão. Foi reiterado que a falta de continuidade das políticas públicas fragmenta as ações e seus possíveis resultados (política de governo *versus* política de Estado), que há pouca articulação de política entre os três entes federados, e que existe pouca integração entre as ações dos Estados nacionais na faixa de fronteira.

Quanto às sugestões para revisão ou aprimoramento de políticas públicas, entre os resultados da pesquisa foi destacada a importância de se elaborar uma política para fronteiras e conquistar maior efetividade da PNDR (coordenação-geral e foco, buscando resultados de curto, médio e longo prazos); de se formular políticas de Estado que tratem da integração e do desenvolvimento entre os entes federados, a população e as instituições locais e os países vizinhos; de se incorporar nas prioridades da agenda pública as dificuldades das fronteiras, respeitando as diversidades e especificidades da região e contando com a participação permanente da população e de instituições fronteiriças.

Da mesma maneira, foi reforçada a urgência de se criar e revitalizar os comitês das zonas de fronteira (nacionais, regionais e locais); de se priorizar as áreas com maiores conflitos e problemas para a efetivação de ações de implementação de infraestrutura, integração de políticas, de dados, informações e sistemas das instituições nacionais e internacionais, e uso de tecnologia e inteligência; de se proceder análises e discussões sobre a necessidade de acordos bilaterais sobre os ilícitos e de se firmar acordos bilaterais que facilitem a mobilidade e o acesso aos serviços públicos, principalmente saúde, educação, segurança, transportes e comunicações (com ênfase às cidades gêmeas), além da regularização de terras pertencentes aos três entes – a exemplo da situação crítica de Pacaraima (RR). Por fim, recomenda-se

fomentar maior integração e atuação das universidades nacionais e internacionais de fronteira (efetividade das pesquisas e atividades) e fornecer subsídios para maior integração e atuação das FAs com base em informações, dados, sistemas de inteligência e controle fronteiriço.

Diante da vasta experiência acumulada pela equipe ao longo desses sete anos e meio de trabalho, pode-se afirmar como fundamental o prosseguimento da pesquisa, em três eixos estratégicos de atividades e contribuições futuras: o assessoramento ao governo federal e a outros entes; o atendimento a demandas de parcerias institucionais; e o desenvolvimento de temas emergentes e estruturantes (curto e médio prazos) ligados às fronteiras terrestre e litorânea, a exemplo da migração (em especial a vinda da Venezuela), saúde pública e aproveitamento econômico de recursos do mar.

As atividades desenvolvidas, as discussões realizadas e as sugestões locais, a partir de desafios temáticos, trouxeram clareza do quanto se precisa investir em políticas públicas que reconheçam a importância desses espaços, seu saber acumulado e suas potencialidades, que otimizados poderiam trazer uma nova característica para as fronteiras brasileiras: a de espaços presentes, colaborativos, produtivos, acolhedores e capazes, para efetivar o desenvolvimento da região e contribuir na integração sul-americana.